

polis, Editora Vozes, 1983.

ROSENBERG, Nelson de F. - Caminhada e esperança da Reforma Agrária.

Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

NA PROCURA DO LUGAR, O ENCONTRO DA IDENTIDADE: A GEOGRAFIA DE UM MOVIMENTO SOCIAL.

ARLETE MOYSÉS RODRIGUES (*)

Bom, em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite do Departamento de Geografia e da AGB Local, seção de Presidente Prudente, que nos dá a oportunidade de estar aqui conversando sobre dois aspectos, que eu acho que farão parte desta minha abordagem hoje. Um deles é uma parte de uma exposição que foi a minha tese de doutorado e a outra, fazer a apresentação de um vídeo que tem a ver com a tese e com o trabalho realizado durante parte de pesquisa, que eu chamaria de Geografia Militante ou Pesquisa Militante.

Pensando nessa aula inaugural, me veio à lembrança um fato recente de 15 dias atrás e que eu enquanto presidente da AGB senti necessidade de me posicionar. Na discussão da Usina de Cararaó na Amazônia, um jornalista "famoso", Marcelo Rubem Paiva resolveu comparar o professor de geografia ao senhor Fernando Mesquita, que é o representante do governo federal e que estava lá para defender a Usina de Cararaó e não reconhecer e saber quais seriam os problemas resultantes, incluídas no meio ambiente as nações indígenas que ocupam o território amazônico, Marcelo Paiva se refere à categoria dos professores da seguinte forma: "e o senhor Fernando Mesquita deu uma de professor de geografia, enumerando quantos quilômetros quadrados tem a Amazônia e criando um vazio com suas palavras ocas".

Eu penso que para nós geógrafos e professores de geografia que queremos compreender a produção, a distribuição do espaço, mais do que a produção pura e simples, a distribuição da desigualdade, da riqueza e da pobreza nesse espaço, as palavras de Marcelo Paiva é para a gente parar e responder. Porque na verdade fazer uma comparação grosseira de que o representante do governo federal deu uma de professor de geografia, é mostrar para nós:

Primeiro que nós temos várias lutas pela frente, e uma delas é: ao mesmo tempo em que nos formamos, em que estamos empenhados na descoberta da realidade, é pensar que vamos ter que trabalhar, além de descobrir essa realidade para transformar a mentalidade que se abate sobre o professor de geografia e de entender também que palavras como essa são produtos não da nossa culpa, mas produto de mais de vinte anos de ditadura e mais do que isso, toda uma confirmação que faz com que os jovens estejam preocupados e ocupados na sua cabeça em decorar e reproduzir aquilo que decoram, para não terem tempo de pensar e compreender.

(*) Geógrafa; professora na UNICAMP e membro da Secretaria da Habitação da Prefeitura Municipal de São Paulo; autora do livro "Habitação nas Cidades Brasileiras". Esta matéria é a transcrição da aula inaugural do Curso de Geografia em 1989.

Não é esta geografia que queremos enquanto AGB. Pelo contrário, termos que estar mostrando que não são simples palavras vazias, mas compreender esse processo e ter a tarefa de desmistificar a "decoreba", desmistificar a matematização do espaço, para que possamos compreender o espaço. O objetivo deste trabalho e desta conversa nossa é mostrar um pouco o caminho que encontrei para pesquisar a realidade. Não é o único, mas pode ser a abertura de mais um caminho para compreender essa realidade.

Eu denominei esse meu trabalho de "na procura do lugar, o encontro da identidade".

"Na procura do lugar". Bom, que lugar? Nesse caso se refere à procura de lugar para morar. Aparentemente a análise da cidade, a análise da produção do lugar não tem sido objeto de estudo da geografia. A fábrica, o lugar de produção tem sido o objeto de trabalho do economista, do sociólogo, não tem sido o objeto de trabalho do geógrafo. A análise dos movimentos chamados "movimentos sociais urbanos", tem sido primordialmente a análise do sociólogo, do politicólogo e quase nunca a análise dos geógrafos.

Ora, a casa ocupa um espaço, por que não ser objeto de análise da geografia? Na fábrica e na moradia a partir dos anos 70, novas formas de luta dos trabalhadores começam a ser visíveis; no espaço.

Vou fazer um paralelo com os estudantes: chegando aqui hoje de manhã, eu vi uma passeata dos estudantes mostrando a sua firmeza e determinação em lutar para conseguir uma moradia. Para que isso se fizesse, é preciso conhecer-se os espaços. Qual é o espaço por onde os estudantes vão circular para manifestar o seu repúdio à falta de moradia, ao seu desejo de considerar moradia, como uma necessidade básica e como parte integrante do seu local de estudo e de trabalho. Por que também na fábrica o seu espaço não tem que ser entendido como espaço de luta? No final dos anos 70 começou a se criar no espaço da fábrica, a se tornar visível politicamente, novas formas de organização, sejam as greves internas a estafábrica, seja de um processo de organização, as chamadas "organizações de fábrica", que começam a deter mais o domínio sobre aquele espaço.

Mas aquele espaço não tem sido objeto de estudo dos geógrafos. No entanto, é um território. Não é possível a produção sem ocupar um espaço. Da mesma maneira a gente entende que não é possível morar ou viver sem ocupar um espaço.

Se o geógrafo se preocupar com a "decoreba", ele não vai compreender qual é esse espaço ocupado. No final da década de 70 começou-se a tornar visível a luta pela cidadania. Luta que caracteriza, nas grandes cidades, a luta por condições dignas de moradia. Entendendo a moradia, não somente a casa em si, mas muito mais, por exemplo, a localização desta casa que compreende a cidade e que compreende o lugar que cada um ocupa em termos de classe social.

Na análise desse espaço social nos leva a compreender a produção e a distribuição no espaço urbano: é o desenvolvimento do "capitalismo" que separa o espaço de morar e viver do espaço de trabalhar e viver. Por isso é justo e mais do que justo que o

estudante queira ter a sua moradia próxima ao seu local de estudo.

A dicotomia, a separação entre o morar e o trabalhar, entre o morar e o estudar, cria uma separação do indivíduo em não ter seu espaço. Ele está um pouquinho em cada lugar dentro do espaço. Mas é no capitalismo que se estabelece essa separação entre o trabalhar e o viver.

Voltando ao tema da aula: a minha pesquisa se refere explicitamente a essa dicotomia.

O fato do indivíduo trabalhar e não ter onde morar remete-nos a uma análise não apenas espacial, mas a uma análise mais abrangente. Diz a Constituição Brasileira que o salário mínimo deve suprir as necessidades básicas do trabalhador entre as quais a moradia. Ora, em 25 anos, simplesmente a necessidade de horas de trabalho triplicou. Apenas para o indivíduo obter com o salário o mínimo a ração essencial básica de alimentação, um trabalhador precisa, em 1988, trabalhar 194 horas e 38 minutos, sem contar transporte, vestimenta, saúde e moradia.

Então para entender a falta de moradia, nós temos que entender a estrutura mesmo da produção do capital, a estrutura mesmo das cidades e da exploração do trabalhador.

Para entender o porquê que mesmo trabalhando, o indivíduo não tem acesso a uma moradia, é preciso também entender que a terra é, no capitalismo, naturalizada como se ela se "valorizasse" como coisa em si, como se fosse da própria natureza a valorização. E uma frase comum é dizer: o indivíduo deixou a terra lá valorizando. Valorizando como? Terra vazia não se valoriza. Ela não germina. Este é um dos fetiches do capital: a naturalização de uma suposta valorização. A naturalização da propriedade da terra como se fosse natureza em si. Para entender este processo é também necessário entender que a terra é tornada uma mercadoria. A terra é tornada uma mercadoria no Brasil a partir do momento em que se colocava a abolição da escravatura no Brasil, a necessidade de braços para a lavoura, era preciso tornar a terra cativa, porque senão o imigrante ao invés de servir de braços para a lavoura, ele iria ocupar um pedaço de terra para produzir.

Era impossível separar a terra urbana da terra rural; não havia como separar o instituto jurídico da terra-propriedade, embora a terra no campo seja considerada um meio de produção e a terra urbana considerada suporte de alguma atividade.

A terra é apropriada pelo capital na cidade e no campo. Não é possível ter acesso à terra com um salário que supostamente permite o acesso à moradia. Nesse sentido a luta pela terra acaba se tornando uma luta pela necessidade vital, pela sobrevivência. Começa na procura de um lugar para morar, uma compreensão de um processo para saber que a luta pela terra passa necessariamente por uma luta que se coloca em relação ao salário, em relação à moradia. É claro que a essas análises deve-se acrescentar a questão da produção da casa. Aí nós temos a produção industrial e a valorização do capital através do trabalho, de uma edificação sobre a terra e esta valoriza não só aquele mesmo espaço de terra, como valoriza naturalizando um processo de aumento de preços da terra e da casa. De um modo geral, toda essa análise nos leva a

compreender que não é através do anunciado de quantas casas existem ou de altitudes que vão nos levar, a compreender o fetiche da produção. E nesse sentido o que é importante desmistificar é: parece que cada trabalhador, cada capitalista, cada proprietário de terra e cada banqueiro receba a justa remuneração pela sua contribuição à sociedade.

O trabalhador recebe a sua "justa" contribuição: é o fetiche. O capitalista recebe o seu justo lucro pela participação na produção. O proprietário de terra recebe a justa renda pela valorização de suas terras. O banqueiro recebe o seu justo lucro pela valorização do capital. É a valorização como coisa em si, o fetiche de que cada um recebe aquilo a que tem direito. Isto transposto para a produção do espaço urbano nos dá uma dimensão para a gente começar a analisar que como o trabalhador parece receber a sua "justa" remuneração pelo seu trabalho, ele tem direito de usufruir de uma cidade correspondente a esta justa remuneração. Isto significa que ele é um trabalhador que recebe um baixo salário e que ele tem direito a:

- um lote mínimo (quando tem),
- à ausência de água e luz,
- transporte deficiente,
- ou ele vai morar na casa de cômodos ou "cortiço",

porque é a retribuição que a sociedade está justamente (na ilusão da consciência), fornecendo em relação a esse direito pelo trabalho... "É o justo que ele recebe!"

E se nós verificarmos isto no espaço urbano, esta ilusão da consciência nos dá a compartimentação deste espaço com os bairros da riqueza, com os bairros da pobreza, mostrando que os que contribuem efetivamente para a sociedade (na ilusão da consciência) têm acesso ao transporte, à moradia, por que não ao carro na porta, ao telefone e outros pela justa remuneração (na ilusão da consciência que eles produzem) só terão direito a lotes menores e assim sucessivamente? E como é que essa ilusão da consciência passa por todo esse processo?

Vamos analisar de um aspecto: o Estado capitalista. Se nós pensarmos que em 1964 foi criado o BNH e que em 1967 foi dito que como esse BNH não tinha dinheiro, era necessário transformar a estabilidade do trabalhador numa outra forma para que ele contribuísse para poder ter acesso à casa própria e desta contribuição apenas 18% do FGTS durante 20 anos, foi aplicada na produção de casas chamadas de interesse social. Os outros 80% foram aplicados em outras obras. Mas esse Estado que capta recursos e vai investir, define que os lotes de todo o perímetro urbano de todas as cidades do Brasil, deverão ter 250 metros quadrados (10x25ms.) Poderão ser fracionados em lotes de 125 metros quadrados (5x25) e para o trabalhador, para a faixa de interesse social, os lotes poderão ter até 70 m². A casa do trabalhador poderá ser de 22 m², o que corresponde a um cômodo. É como se com sua justa contribuição para o FGTS, ele recebe em troca aquilo com o que ele já contribuiu para a sociedade. Eis o fetiche colocado na produção, na criação e na utilização do BNH. Eis o fetiche que cabe a nós geógrafos contribuir para estar compreendendo, entendendo um dos as

pectos importantes de um trabalho e que acaba se configurando também na compreensão do espaço e que é preciso divulgar.

Ao analisar os movimentos de luta pela dignidade da cidadania, por luz, por água, transporte, moradia, cabe nos desvendarmos e entender que a esta produção do espaço e sua distribuição desigual, pois o fetiche passa também pela cabeça dos chamados "movimentos sociais urbanos" e também da nossa, pois como diz Marilena Chauí: "a ideologia da classe dominante é a ideologia dominante". E a reprodução dessa ideologia é visível nos movimentos que lutam por moradia e na compreensão dessa produção e dessa apropriação do espaço.

Um dos aspectos que se colocam em relação à luta dos moradores da chamada periferia pobre é de que os movimentos por moradia lutam para ser proprietários da casa própria. Por que esperar que a classe mais expoliada e mais sofrida não lute por um direito que é o direito à moradia, à casa própria? Por que considerar, como se faz normalmente, que a luta pela casa própria é uma luta conservadora, para não dizer como dizem alguns, uma luta até reacionária? Por que? Será que aqui nenhum de nós é proprietário da casa própria? Será que ser proprietário de uma mercadoria o transforma num conservador?

A luta pela moradia tem mostrado uma outra faceta e uma outra contradição a partir do momento em que se criou toda uma estrutura nacional, que é o BNH, o segundo grande banco em termos de recursos (o primeiro é o Banco do Brasil). Quando se criou o BNH o então ministro Roberto Campos disse: "o indivíduo proprietário da casa própria pensará duas vezes antes de se meter em arruaça"... Mas o BNH mostrou a sua incompetência para suprir com casa própria o trabalhador. A luta pela casa própria desvenda e põe a nu esta questão! Cabe a nós ajudar a pensar sobre isso, ou seja, a luta pela moradia mostra que a ideologia da casa própria é vinculada principalmente a partir de 1967 com a criação do FGTS: mostra que entre o discurso da casa própria e a possibilidade de acesso a essa casa própria há uma farsa. O que mostra que a procura de um lugar para morar pode criar o encontro de uma identidade, de compreensão da realidade.

Agora, a história desta pesquisa que vocês vêem no vídeo, foi a luta dos trabalhadores que eu tive a oportunidade de acompanhar durante um longo período em que ficou visível que procurar um lugar para a moradia, é possível encontrar a identidade do trabalho do geógrafo, do historiador e dos demais envolvidos com uma transformação da sociedade, têm que estar aqui presentes.

O vídeo e uma parte desse meu trabalho mostram a história de um grupo de famílias em que vocês verão algumas cenas e eu vou detalhar alguns aspectos.

História da luta: o início de um processo de uma organização em Osasco, cidade vizinha de São Paulo. Os moradores de uma favela são atingidos todos os anos por enchentes. Moram num braço seco do rio Tietê, um meandro abandonado por um processo de retificação: é o que sobra, onde é possível morar (no fetiche, é a sua troca pelo que contribuem).

Enchentes sucessivas fazem com que os moradores comecem a discutir a sua questão de sobrevivência. Perdem móveis. Perdem a sua própria sobrevivência: alguns plantavam nesta região e começa um processo de luta de organização para pedir saneamento e a diminuição dos efeitos da enchente, o que para nós, enquanto geógrafos nos alerta para uma outra situação: a cidade, embora se fale em planejamento é vista dividida em partes. Dividida como se o rio fosse uma só parte da cidade. A retificação desse rio não leva em conta os outros processos que estão embricados na utilização das cidades. A cidade é compartimentada nos chamados "processos de planejamento geral". A população se revolta contra essa situação e se organiza buscando uma solução e utilizando aquele espaço para as formas de discussão e de forçar o poder público a responder a sua situação.

Os moradores fazem muitas reuniões, discutem a sua situação de vida e entram muitas vezes em contato com o poder público. Colocam no lugar para onde querem morar uma faixa que diz "esta terra é nossa". Esta faixa chama a atenção de muitos moradores de aluguel que estão também em situação precária.

Assim, os moradores de alvenaria e aluguel e moradores do barraco da favela, começam a participar das reuniões mas, com o tempo, os favelados se retiram. Passam a lutar pela permanência na área onde estão e por melhorias e este outro grupo forma um movimento que acaba ocupando uma faixa de terra. Esta terra pertence à COHAB-SP. Uma terra que foi comprada com dinheiro do FGTS - portanto do trabalhador - estava aguardando valorização. Após a ocupação, a Companhia Metropolitana de Habitação entra com o processo de reintegração de posse. Reintegrar na posse é uma figura de linguagem, porque na verdade, reintegração é da propriedade pois está na posse quem ocupa uma área; no entanto a figura jurídica é chamada de reintegração de posse.

O movimento consegue através de uma série de lutas permanecer na gleba mudando para outro trecho. Para contestar a idéia de que o movimento social urbano quando consegue obter a sua reivindicação reflui é bom destacar que a liderança desse movimento foi procurada constantemente por famílias que queriam entrar na área ocupada. Cria-se, então, através do movimento que já tem a terra garantida, um grupo que passa a apoiar o novo grupo de moradores de aluguel. Passam a ser um apoio para discutir as condições concretas de existência: "procurando um lugar, encontra-se uma identidade" reflete na formação e no apoio a estes novos grupos. Portanto a idéia de que ao conseguir um benefício, uma moradia, um território definido significa que a acomodação do indivíduo é não compreender um processo de organização e de possibilidade de luta.

Apenas voltando ao exemplo anterior, eu duvido que os estudantes, obtida a moradia no campus, vão parar com as reivindicações, senão não consideraríamos que a reivindicação é apenas o término de um processo todo de conscientização. É um pouco isso que se tem feito na análise dos movimentos territorialmente definidos enquanto local de moradia. E é importante destacar que nesta luta também é preciso negar a sua condição de humanidade para obter os benefícios da própria humanidade.

O movimento dos "sem-terra" para ser considerado como um movimento sem problema e ser reconhecido, não pode brigar, não pode ter nenhum bar ou boteco na localidade, ou seja, eles não podem tomar pinga aos domingos. Assim como os estudantes têm que ser os mais íntegros possíveis. Não podem brigar, não podem fazer festas, porque eles têm que negar a sua condição para serem reconhecidos nessa mesma condição. Isso tem acontecido quase sempre nas lutas em termos de moradia. É necessário que neguem a sua condição de morador, de cidadão. É necessário que ele negue a sua condição de ter o direito de descanso no domingo. No domingo ele tem que trabalhar, construir sua casa, negando a sua condição de cidadão: a negação para que ele possa ser reconhecido com o direito à moradia. E para obter moradia, ele tem que negar que está preocupado em obter sua casa própria. Porque senão nós vamos afirmar que ele vai se tornar um indivíduo conservador. Ele tem que negar a sua condição de "conservador" para obter um direito que uma parte dos cidadãos com ele já nasce: o de morar. Se o direito de morar vier junto com a casa própria, então já é um conservador.

Foi possível ainda nesta pesquisa observar alguns outros aspectos. Este segundo grupo por ocupar uma terra do poder público municipal, que quer retirá-los; mas há uma negociação e eles conseguem permanecer. Após a vitória, o primeiro e o segundo grupos apóiam um terceiro grupo. E resolvem adiante de sua luta colocar a questão da ocupação da propriedade particular, porque a propriedade particular vazia encarece a produção. É aquilo que é normalmente chamado de "especulação imobiliária". É a naturalização da terra se valorizando, porque o transporte que passa na porta para atingir um loteamento lá na frente, valorizou a terra sem que nada tivesse sido feito nela.

A ocupação da terra privada mostra com maior clareza: espaços vazios, a atuação do poder público, cujos recursos provêm dos impostos que todos nós pagamos em cada uma das mercadorias que consumimos e não apenas pagamos impostos quando pagamos impostos predial ou territorial.

Bem, ao ocupar uma propriedade particular, tentam negociar, mas o estatuto jurídico da terra impede e eles são expulsos. Foi possível perceber nesta pesquisa que mesmo quando uma ocupação de terra permanece é porque ela é feita à força: o espaço urbano alterou-se. Retirada a população o proprietário da área passa a fazer o que lhe é exigido por lei, mas nunca antes cumprido. Ele vai murar a propriedade. Portanto, a ocupação mesmo quando não é consolidada, muda as características do espaço.

Usando um termo de Lampedusa (em O Leopardo): "é preciso que tudo mude (na aparência) para que nada mude (na essência)".

Foi possível observar nesta pesquisa como o espaço urbano mostra as permanências nas mudanças. Se não estivermos presos nem à matemática do espaço nem à descrição do espaço, poderemos desvendar esta produção. O espaço foi mudado de que maneira? Houve mudanças para permanecer como estava. Foi construído um muro fechado. É a mudança para que permanecesse a propriedade. Isto significa muita terra vazia que vai mudar as suas caracterís-

ticas, mesmo que não haja uma transformação e mesmo que a população permaneça. É possível estar refletindo em alguma das questões colocadas durante esse processo de formação dos grupos e de ocupações. Na procura de um lugar para morar, cria-se um sujeito coletivo, cria-se um lugar para morar, obtém-se uma visibilidade política na produção do espaço urbano. E esse sujeito coletivo é que pode não conseguir, mas busca direito à cidade. Um direito à cidade que nós enquanto geógrafos, enquanto pesquisadores, entendemos não apenas como o lugar da moradia, mas a cidade na sua produção, a cidade como um todo, essa produção como um todo estando incluída numa região. Esta região como um todo estando incluída num espaço maior que é o espaço nacional onde as instâncias políticas, as instâncias econômicas, as instâncias históricas se consubstanciam num determinado lugar.

E nesse sentido temos uma tarefa muito grande. Vocês jovens têm que pensar que não podem deixar que turvem suas cabeças, que façam repetir aquilo que se faz sem refletir e quemais para a frente, ao serem professores, tenham também a responsabilidade de estar refletindo e de não fazer os alunos reproduzirem apenas aquilo que está nos livros, mas de também pensar sobre aquilo que está acontecendo no cotidiano para não colocar a produção do espaço lá longe e a gente esquecer que o nosso espaço cotidiano, a nossa vida cotidiana produz o espaço, reproduz relações sociais de existência, portanto reproduz esse espaço cotidianamente. Sempre é colocada, a produção, como uma coisa lá longe. Mas o indivíduo ao produzir sua casa, ao fazer o seu jardim, ele está produzindo o espaço urbano com toda a sua complexidade.

Agora eu vou dar a palavra ao vídeo e vou explicar esse vídeo. Quando comecei a pesquisa fiz uma troca; eles me contaram a história do movimento e eu escreveria essa história.

Comecei a discutir junto com o pessoal do movimento, só que a história foi crescendo. Era um primeiro grupo no Jardim Piratininga que passou para um segundo grupo no Jardim Conceição, Vila da Conquista, que passou para um terceiro grupo que ocupa a área da propriedade particular e depois vai morar na Vila da Conquista. A história foi ficando longa "para ser escrita por pessoas de pouca leitura", como disse um deles.

E com a facilidade de algumas cenas gravadas por um padre e com a possibilidade do pessoal da AGB-SP ter um vídeo, a gente foi gravando e acompanhando a história e no final o vídeo conta a história do movimento para que outros movimentos e outras pessoas possam ter idéia desse processo de luta. O vídeo conta essa história que não foi feita para a academia. Ele tem a finalidade de estar discutindo junto ao movimento o que era propriedade deles. Mas eu estou autorizada a divulgar inclusive essa história em termos da própria academia.

DEBATES

P.: Como estão hoje os grupos?

R.: O primeiro grupo comprou uma fábrica de blocos. Não querem mais aceitar essa condição humana. Consideram que morar nessa á

rea de 60000 m², que é muito pequena para abrigar 412 famílias. Eles estão ainda esperando o projeto definitivo, e o que é que acontece com esse projeto definitivo? Há uma nova situação para esta área pois a COHAB-Companhia Metropolitana de Habitação do Município de São Paulo pertence à Secretaria da Habitação do Município de São Paulo, embora a área esteja localizada em Osasco. As negociações estavam paradas e agora, após a posse das prefeituras voltam a ser retomadas buscando a elaboração de um projeto conjunto inclusive utilizando a máquina de blocos para a construção de casas.

O movimento na Vila da Conquista, que é o segundo grupo, teve duas situações diferentes: o primeiro grupo coordena reuniões do segundo. Cerca de 2000 famílias comparecem, no final, dispostos a ocupar as terras. Eram 400 e foram 80. Ora, 80 famílias não seguram uma ocupação (este era o raciocínio do pessoal). Os vizinhos (o que é comum) ao saberem da ocupação se mobilizam para ir ocupar juntos. O movimento discute que é preciso um processo de conscientização, de organização da ocupação. No entanto, eles têm clareza de que 80 famílias seriam retiradas rapidamente. E eles concordam com a entrada de mais 100 famílias que não participaram desse processo todo. Isto faz com que o grupo se fracione. Os que entraram depois entram em negociação com o poder público municipal aceitando ir para uma outra área e os 80 ficam sozinhos. Acabam indo também para não fracionar ainda mais o movimento, o que deu um salto político e um saldo de entendimento que ocupar compreende um processo de conscientização que não é só mobilização.

Eles estão ocupando uma área próxima mas em lotes de 90 m² e sem nenhuma regularização. O terceiro grupo que ocupou uma área particular e depois foi para a segunda área por ter sido um processo mais sofrido, tem a identidade mais forte; eles não aceitam negociações simplistas e estão dispostos a ficar. Vou utilizar a frase de uma mulher: "agora eu daqui não saio!" Conheci esta pessoa quando chegou perguntando: "como é que eu faço para conseguir ganhar um pedaço de terra?" Aí o pessoal do movimento explicou para ela que eles não eram "banquinha de imobiliária", que eles não davam nem vendiam, que fazia parte da luta pela moradia. Seis meses depois eu ouvi dessa moça o seguinte: "daqui eu não saio nem morta. Se eles quiserem, que passem o trator por cima de mim". E depois? "Depois, não precisa nem sair porque fico enterrada com meus 'trens' e tudo"

A situação não está regularizada, mas a disposição de luta é diferente em relação ao segundo grupo (aquele que se mudou para lotes pequenos). O primeiro grupo tem possibilidades de regularidade e de construção em mutirão. O segundo se fracionou e está construindo. O terceiro com a disposição de permanecer, mesmo sem papel. São três situações diferentes, embora seja o mesmo movimento. Eu acho que essa é uma lição que a gente aprende fazendo. Essa questão de desvendada produção do espaço é um desafio.

P.: A gente sabe que você está fazendo parte de um setor do executivo da prefeitura de São Paulo. Gostaria de saber quais as in

tenções, os objetivos que estão colocados pelo grupo da Secretaria de Habitação, como é que está ocorrendo o contato com os movimentos por terra e moradia e se já existe consolidada a proposta popular.

R.: Terminamos de completar, há uns vinte dias atrás, o "Programa imediato de atuação da Secretaria", e tem alguns fatos que são interessantes salientar. A secretaria está no prédio Martinelli, onde, vinte dias após a posse, surgiu um princípio de incêndio, ocasionado por um curto-circuito. Ficamos mais de dez dias sem poder entrar no prédio. Foi constatada a sabotagem! Como se não bastasse, dois dias depois voltamos ao trabalho, e apareceram 2 guardas não se sabe de onde, que pedem para novamente evacuar o prédio. É interrompido todo o trabalho, é o anúncio de uma bomba no prédio! Isto tudo para mostrar o seguinte: apesar de termos um pouco mais de dois meses na administração, já algumas coisas que não aparecem noticiadas enquanto pressão que estão se fazendo sentir. Mas isso não impediu que algumas propostas fossem colocadas em prática, dentre as quais eu posso dizer: mudança de prioridade e atendimento dos que ganham de 1 a 5 salários mínimos e que moram em cortiços e favelas em risco de vida. Isto significa 670 mil famílias. Multipliquem por 5 e verão o que corresponde ao número de pessoas. A atuação deverá priorizar o movimento social organizado. É claro que é preciso pensar na qualificação do movimento: o que é movimento organizado, suas características, etc.

Mas de qualquer modo a prioridade do atendimento é para os movimentos organizados que foram consultados. Para um levantamento e cadastramento, os movimentos estão fazendo discussões para algumas das quais nós somos chamados e para outras não para não haver um atrelamento movimento/administração, assim como não deve haver o atrelamento movimento/partido.

P.: O levantamento das necessidades de cadastramento desses movimentos existe e tem propostas concretas face a esse levantamento; e quais são?

R.: Primeiro, a atuação em favelas. No orçamento que corresponde a 0,16% do Orçamento Municipal destinado à habitação, muito pouca coisa podia ser feita. Mas há algumas coisas que podem se iniciar já para as favelas, que custam pouco, e por isso é prioridade da administração. Está sendo criada a Defensoria Pública, que corresponde a um grupo de advogados que vão explicitar e facilitar os caminhos que os movimentos possam obter o direito de usucapião, hoje um direito na Constituição Federal: para que possam obter a concessão de direito de uso, uma reivindicação antiga dos movimentos. Assim para as favelas a primeira prioridade é a regularização fundiária. Nas terras públicas, concessão de direitos reais de uso e nas terras privadas o direito ao usucapião urbano.

A segunda etapa desse programa: contenção de riscos de uso. O que é isso? Choveu, cai metade das favelas do Rio e 1/4 das favelas de São Paulo, porque o que sobra do urbano é o que dá para ser ocupado. E em São Paulo ficam os barracos cobertos de água porque uma grande maioria ocupa terrenos de várzea.

O terceiro item desse programa é: urbanização de favelas. Na medida em que há regularização fundiária, essa regularização, está sendo pensada em novas alternativas ou seja, posse coletiva, concessão de uso coletivo e a partir daí, a associação dos movimentos de favela junto ao poder público municipal promovendo a urbanização. Mas para se fazer a urbanização de favelas e a contenção de riscos, tem que haver uma provisão de habitação, e isto está se pensando em termos de lotes urbanizados através da desapropriação de glebas de terras em vários pontos do município, e não de uma grande gleba numa mesma área, ou utilizando também as terras públicas dominiadas, que são poucas, mas existem. Serão produzidos 15.000 lotes em 1989. E em termos de Plano Diretor, Lei Orgânica Municipal, Constituinte Estadual, a possibilidade de se estar utilizando os instrumentos jurídicos que a Constituição Federal já permite, depois do Plano Diretor, que é a desapropriação com pagamento de dívida pública, etc., mecanismos que vão para auxiliar mais à frente, que deverão ser lançados para produzir novas habitações por mutirão. Só será mutirão quando os movimentos considerarem adequados; também serão utilizadas empreiteiras com a supervisão do próprio movimento. Esse é o próprio programa básico de um setor de habitação, que é chamado de Habitação Sub-Normal.

Além disso, um outro problema que se coloca é a predominância, em São Paulo, de cortiços. Mas a atuação sobre cortiços é sempre uma questão complicada. Até hoje é o fazer de conta que não existe. Porque se for exigir aquilo que é necessário para transformar a chamada co-habitação de cortiço numa habitação decente, as famílias vão ser expulsas, pois vai aumentar o aluguel e elas vão ser necessariamente expulsas. Portanto é necessário trabalhar com outra dimensão da cidade: 50% da cidade de São Paulo é ilegal para a moradia. É um fazer de conta que a cidade funciona como se tudo fosse legal. Mas 50% correspondem a favelas, cortiços e loteamentos clandestinos da periferia (chamados clandestinos, mas todo mundo sabe onde ficam, ou seja, os loteamentos irregulares da periferia).

A outra luta portanto é uma luta jurídica para transformar o código de obra numa coisa real e a partir daí atuar em cortiços, exigindo condições mínimas, mas decentes de salubridade de número de banheiros por família, porque atualmente há um banheiro para cada 10 famílias nos chamados "cortiços" de meia-água no centro da cidade.

Então aí teria uma outra atuação que é a da normatização tanto para loteamentos como para os cortiços.

Tem uma outra linha de produção que é a COHAB. Até a posse da Luiza Erundina, a COHAB estava vinculada ao gabinete do prefeito. Mas vejam que contrasenso: existia uma secretaria que se chama Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano e uma companhia que produzia habitação para a chamada faixa de interesse social que estava completamente desvinculada dessa secretaria, cujos projetos sempre foram aprovados por decretos, porque não obedeciam a nenhum dos padrões legislativos da própria Secretaria municipal. E uma das primeiras medidas foi fazer com que a COHAB passasse para a SEHAB. Então o outro braço de produção de moradia da SEHAB é a COHAB

passasse para a SEHAB. Então o outro bloco de produção de moradia da SEHAB é a COHAB que tem 20.000 unidades em construção. Parece pouco, mas é muito ter 20.000 unidades em construção com recursos comprometidos; são para faixa de 9 a 11 salários mínimos, mas que devem ser complementadas, porque as famílias de classe média (9 a 11 salários) também não estão achando lugar para morar. É necessário complementar obras iniciadas. Então essas 20.000 obras iniciadas em várias etapas, terão continuidade se a CEF liberar os recursos já empenhados. Tem mais 23.000 unidades habitacionais, que foram começadas com o que se chama de recurso próprio da COHAB.

A COHAB funciona com o FGTS. Ela faz um projeto, a CEF libera. Entre o tempo de liberação e o início da execução tem um tempo que fica uma "caixa alta" na COHAB; a administração passada deu início a obras que dariam para fazer mais 20.000 moradias, mas aí é para pensar. Qual é o estágio dessas obras, e isto é outra tarefa para nós enquanto geógrafos. Houve áreas em que foi feita só a terraplenagem. Mas nós sabemos muito bem que retirada a camada de terra fértil, retirada a vegetação, dá-se um terraceamento da área. E o que acontece? Dá-se necessariamente um processo de voçoracamento.

Portanto, a destruição do chamado meio ambiente começa a se acelerar. O que fazer com essas verdadeiras feridas ambientais no interior da cidade? Nós, enquanto geógrafos, vamos pensar na questão. Não dá para deixar porque o voçoracamento vai acabar de arrasar com essa área. Existem outras áreas que o projeto começou e parou. Começou tudo de uma vez, só que não tem "caixa alta" pois estadesapareceu. Existem unidades que estão começadas, mas só começadas porque não vão terminar. Também nós sabemos até por senso comum que edifícios iniciados, sem terminar, sofrem um processo de deterioração rápido. Portanto a proposta é a seguinte: em nome do dinheiro público, do comprometimento do dinheiro público mesmo que não aceitemos esta concepção de obras distantes do centro de grandes unidades, os "paliteiros", em respeito ao dinheiro público, isto vai ter que ser concluído. Se não for com o dinheiro da CEF, terá que ser com recursos externos, mas de qualquer maneira tem que se respeitar que uma parte do dinheiro do FGTS está entrando aí. Mas como se conseguir esses recursos?

A única maneira que se está considerando plausível é atuar junto à CUT/CGT para pedir a liberação do fundo de garantia e que o fundo de garantia seja efetivamente utilizado para a produção de moradia; ou seja: buscar recursos junto ao movimento e junto às centrais sindicais.

A outra vertente: como é que faz em termos de participação dos empresários ou grandes proprietários de terras? É preciso se pensar que mesmo que seja reformista, não houve uma revolução socialista. A administração se dará em moldes capitalistas. Terá que ser competente, dentro dessa competência priorizando as faixas que nunca tiveram essas prioridades, mas dentro das normas do sistema. E as normas do sistema permitem o que? Desapropriação de terra? Sim. E com pagamento? Sim, com pagamento. Título da vida pública? Só depois do plano diretor. Compras de áreas em al

huns casos? sim!

A intermediação com os movimentos para que eles comprem cooperativamente as áreas? Sim, e aí a mudança de legislação para permitir a aquisição cooperativa? porque o INOCOOP só funciona como cooperativa até a produção. Concluída a unidade, cada indivíduo compra a sua casa. Não há uma legislação cooperativa no Brasil. este é um outro aspecto para ser mudado: é a questão da cooperativa.

As empresas - de produção - continuam com a produção das 20.000 unidades com recursos já liberados. Mas os 20 mil deverão ser construídos serão, via empreiteira, porque é uma concepção de projeto já elaborado e que portanto não significa que a administração do PT vai administrar sem os setores da sociedade, mesmo porque o processo de mutirão também utiliza máquinas e os insumos da indústria de construção. Assim mesmo há um medo muito grande, por isso que me referi no início a esses dois aspectos que impedem até o trabalho. E aí há uma questão para ser mais elaborada. Mas não se pretende imaginar que a gente tenha se passado por um processo revolucionário. A administração vai trabalhar nos limites do sistema, com competência e com mudanças de prioridades.

P.: Gostaria de levantar uma questão atinente à reflexão teórica suscitada pela sua pesquisa, quando você se refere ao viés ideológico que traz a noção de espaço necessário para a manutenção da ordem social, me vêm à memória alguns eventos históricos que levantam uma questão que talvez você possa aprofundar, caso tenha possibilidade de ligar esses elementos à pesquisa.

R.: Após a Comuna de Paris em 1871, o governo francês para rebaixar e precaver-se contra os movimentos populares, fez uma ampla reforma urbana em Paris, transformando aquelas vielas que facilitavam a luta armada de grupos populares contra a polícia. Transformaram aquelas vielas em grandes avenidas e grandes praças e deram um aspecto de modernidade à cidade, de grande progresso material, de grande beleza e, evidentemente, essa beleza passa a ser vista não só pelo dominador, mas também pelo dominado, que também recebe os benefícios dessas transformações. Da mesma forma no Rio de Janeiro, quando da Revolta da Vacina, que trouxe, que possibilitou a emergência de um herói nacional, que é Osvaldo Cruz, mas que teve um lado bastante vilento, o das revoluções populares contra a vacina, o que gerou grande repressão contra a população.

Após essa revolta, se não me engano, o governo do Rio de Janeiro fez amplas reformas na cidade, transformando-a, produzindo as suas avenidas, boulevards, trazendo técnicos da França.

Recentemente em São Paulo também compareceu uma proposta do Jânio Quadros para transformar toda a região de São Paulo, desapropriando para transformar num grande centro comercial com shopping center, centros culturais, etc. e tal. Não sei se todos esses fenômenos podem ser colocados num mesmo patamar, trazendo à tona o papel burocrático do Estado, que tem uma função estratégica no sentido de permitir à classe dominante a permanência enquanto classe dominante. Evidentemente eu não estou aqui passando uma visão maniqueísta e você fez questão de evitar o maniqueísmo pois seu discurso é científico (talvez o maniqueísmo compareça na refregia do cotidiano, quando alguém faz sabotagem e você fica danada da vida, etc. e tal). Mas a questão científica tem que evitar o maniqueísmo. Então essa questão da urbanização, do manejo urbano ao mesmo tempo que se refere a uma ocupação violenta do espaço, à medida que você nega o espaço a quem estava ocupando e essa pessoa vai para a periferia, o caso dos escravos no Rio de Janeiro que foram para os morros. Ao mesmo tempo que há essa violência, há também o aspecto positivo que o capitalismo traz, que são os melhoramentos, a modernização da vida urbana. Se for possível você fazer uma reflexão sobre esta questão, incluindo a questão do Jânio Quadros, tendo em vista esse material que você tem, seria interessante para nós.

Agora, eu não sei se sou capaz de dizer se o Jânio quer a "pentear" São Paulo com as metralhadoras como aconteceu em Paris, usando a compração que fez o Lefebvre com relação à modernização do Barão Haussmann, mas de qualquer maneira, acho que tem alguns aspectos interessantes que talvez dê para fazer ponte não diretamente com relação só a esse projeto mas de pensar mais na cidade como um todo. Jânio tinha duas propostas. Uma que implicava na chamada "densificação do centro da cidade", transformando o

centro que tem hoje, essencialmente um uso comercial numa multiplicidade de usos. Então, aumentar a densificação do centro teria uma implicação muito séria: à medida que se densifica determinada área, o volume de serviços necessários também aumenta. E se criaria uma necessidade maior de reequipar o chamado "centro velho" - era uma proposta.

A outra era com relação à várzea do rio Tietê, de transformá-la num grande centro empresarial mais do que num centro só comercial, era a idéia de produção e de comércio. E para isso, chamou o Oscar Niemeyer para elaborar um grande projeto da área.

Pode parecer meio maniqueísta, mas eu vou um pouco por aí. Eu tenho uma sensação que a idéia do moderno tem passado ao longo das cidades brasileiras, por um processo de destruição do espaço já construído. Que não é só a destruição da memória, é a destruição de um trabalho já incorporado e que caracteriza um aspecto que parece maniqueísta num seguinte sentido: vamos pensar nas figuras chamadas públicas. Brizola fez o sambódromo. O Jânio é conhecido pelas grandes obras dispersas. Uma grande obra como essa seria ao longo da avenida. Daria uma visibilidade política por um grande empreendimento, não seria pentear São Paulo com metralhadoras, porque essa área não está ocupada, portanto a ocupação dela ao longo das marginais teria a idéia de um lançamento de proeminência de uma obra! Teria como característica a vinculação com as grandes empreiteiras, já que neste momento havia um refluxo da produção de habitação que não está ligado à administração Jânio mas a todo um processo de que o capital-dinheiro, a naturalização do capital-dinheiro dá sua valorização maior do que o capital empregado na produção de casas que é forma de investir, travestir o investimento em termos de empreiteira numa grande obra. Não seria uma expulsão, mas seria o reverso da medalha. O congestionamento das marginais vocês já conhecem e com esta construção ter-se-ia o reverso da medalha, que seria uma saturação ainda maior no acesso a toda essa região.

A transformação do que se pretende, pelo menos no papel, os projetos impressos, em lotear para as grandes empreiteiras pensando e comparando com um projeto chamado "desfavelamento" que corresponde à chamada operação interligada: o indivíduo tem um terreno ocupado por favelas, ele propõe ao poder público construir casas para os favelados, não importando onde; em troca, é possível mudar a densidade de ocupação desta área. Isto significa uma potencialidade de saturação dos serviços públicos desde a rede de telefones, de água e de luz: porque pode ser ali construído um shopping center. O projeto ia nesta mesma linha, na modernidade saturando equipamentos já existentes. Aí é quebrado o asfalto para mudar a rede de água e esgoto, é quebrado de novo para colocar as tubulações telefônicas também saturadas. Mas isto significa dois aspectos contraditórios. De repente Maluf que era a marca registrada da mudança da capital (Brizola é o sambódromo), a marca do Jânio são as obras. Ele fez várias obras e essas eu penso que estariam na incorporação de um capital em áreas onde já estava saturado, o que levaria a uma falsa modernidade, destruindo o existente e reincorporando um espaço na edificação.

O "pentear" empurrando para a periferia fazia parte, sem dúvida, da administração Jânio Quadros. A remoção da favela é uma remoção que visa essa mudança de coeficiente de ocupação e que não tem sido pensando se aquela mudança de coeficiente só atende ao proprietário daquela terra ou se atende à cidade como um todo.

P.: Gostaria que você nos falasse sobre a experiência que você viveu na relação com essas famílias. Coloco esta questão porque eu estava tentando imaginar o primeiro dia em que você chegou como pesquisadora. E penso que eles encararam como o saber competente, o saber da Universidade, da professora que vem da UNICAMP, que vai fazer uma pesquisa e pelo que a gente sabe de você e também ouve hoje do seu relato de trabalho, tenho certeza que você deve ter-se preocupado em realmente resgatar o saber deles próprios, e de levá-los a entender como eles podiam dar conta de entender aquele processo e de apresentar propostas. Gostaria de saber como mudou esta relação desse primeiro dia até hoje, pois você deve estar acompanhando este movimento.

R.: Primeiro, que a entrada foi um tanto difícil; acho importante dizer isso. Quanto à minha entrada na favela tive certa facilidade. O meu mestrado tinha trabalhado como favelas por muitos anos. Nunca tinha entrado num movimento de ocupação. Eu demorei dois meses para conseguir chegar até o movimento, porque é uma forma, do movimento, de proteger-se. Afinal, quem sou eu? Eu consegui entrar por intermédio de uma freira, com a qual fui confundida. De repente, alguém falou: "irmã Arlete". Eles descobriram que eu não era freira, quando levei um dos meus filhos à reunião. Eu era também vista como militante partidária (do mesmo partido que a liderança). A minha entrada foi vista como alguém petista que está fazendo uma tese. O que era a tese e qual era a representação da tese para eles, eu não sei. Mas enfim eu tinha um aval político. E por vivenciar um mesmo partido, as nossas conversas iniciais foram com a liderança. Apresentei-me numa roda em que o gravador ia passando e cada um ia contando a sua história de como tinha entrado no movimento e qual sua representação do mesmo.

Mas até aí, eu ia escrever a história deles. Com o passar do tempo, fui me tornando um deles. Para uma reportagem de TV, eu não tinha cenas, mas perguntava tanto que um dos líderes me disse: "já que você pergunta tanto e está tão a fim de saber, nós estamos com um novo grupo de ocupação. Vem ver como é que é". Mas eu tive outro tipo de entrada: era o momento da coleta de assinaturas pelo movimento para a reforma urbana. Eu coletava as assinaturas, representando a AGB. Ia às favelas, aos movimentos, explicar o significado de uma iniciativa popular. Era o momento pré-constitucional. E então aí surge outra facilidade: eu estava na mesma luta. Com o passar do tempo perceberam que eu falava demais: acabei me tornando parte integrante do grupo de apoio. Quando havia uma criança doente, telefonavam para minha casa, quer dizer... o grupo de apoio, a tese, ficou tudo misturado. A relação acabou a seguinte: eu tenho mil famílias, alguns amigos, outros não tão amigos. Tanto eu podia falar pouco como podia falar ao microfone numa assembleia para falar de verdade e ser ouvida. Portanto é uma relação de igualdade. Meu saber específico? Eu sabia a legisla-

ção. O meu saber técnico também não era muito aceito. Um outro dia, alguém me perguntou: "o que é que eles estão cavando?" Estavam cavando uma fossa... e a discussão se seguiu: o meu saber era meio competente apenas. Algumas coisas eu sabia mais, outras eles conheciam mais que eu. E isso faziam questão de reafirmar.

E em todos os momentos ficou claro o que eu era uma professora que estava fazendo uma pesquisa; que eles eram o objeto da minha pesquisa. E eu também era o próprio objeto da minha pesquisa, e não sabia disto antes. Eu acho que também fui me construindo enquanto objeto da pesquisa no tempo em que fui realizando-a porque eu também refleti. O meu trabalho tenta colocar um pouco disso. A minha própria prática enquanto geógrafa, petista, militante, numa coisa meio difusa mas não confusa.

A idéia não era um saber, nem era assessoria. Eu era um grupo de apoio ao movimento. Diferente daquilo: "o saber competente presta assessoria e visa isso". Eu não estava fazendo esse tipo de serviço, o que eu não invalido.

P.: Como é que você conseguiu ter a noção de como eles viam esta questão da luta pela posse, pela moradia com a questão originária da qual fez com que eles vivessem uma outra realidade, migrassem, o que também tem a ver com posse, propriedade da terra, em outras cidades ou áreas rurais. Eles percebiam isso e tinham conseguido alguma experiência de lutas anteriores? Ou essa relação para eles era difusa? E se tivessem adquirida essa experiência, como é que entendiam essa questão da pressão demográfica na metrópole? entendia-se, nas discussões, essa pressão como fator de rebaixamento dos salários na cidade?

R.: A maioria é constituída por migrantes... mas a maioria dos moradores da metrópole é constituída por migrantes. O entendimento parte de coisas interessantes. A música que é cantada:

Ô urubu quem foi que disse a tu
que a vida lá no Sul ia melhorá
Ô urubu eu tenho dó de ti
é melhor não sair
daqui do teu lugar!

Essa música é cantada por um menino que faz parte desse movimento e que me chamou a atenção num dia em que estávamos numa reunião muito tensa no gabinete do prefeito, quando o mesmo havia se comprometido a desapropriar a área e a ação de despejo estava efetivada, e já eram cinco da tarde e ele não aparecia para dizer sim ou não. A gente estava num corredor com a umidade do ar elevadíssima. Todo mundo tenso. Alguém diz: "Vamos cantar para chamar a atenção do prefeito e para aliviar a tensão". Foi quando Fernando começou a cantar essa música, pensando em não sair do lugar onde estava acampado. Isso mostra na verdade, o processo de migração: "quem foi que disse a tu que a vida lá no sul ia melhorá." Todos eram migrantes e conheciam esta música de um cantor falecido em 1972, o Ludogério. Isto eu descobri no Nordeste, porque queria gravar a música, que acho significativa. Então veja, aí começou o processo de discussão. De repente, a gente está vivenciando o cotidiano de um processo de ocupação onde também passou-se a discutir a questão da migração. É bom ter clareza que não fiz

uma pesquisa exaustiva, pesquisando um por um. Algumas tabelas e eles fizeram colocando apenas o Estado de origem, porque achavam que bastava, não citando se vinham do campo ou da cidade. Eu não estava preocupada com a pesquisa quantitativa, mas sim com a análise qualitativa. Eles são migrantes, maioria de nordestinos, a música coloca a questão da migração, mas eu não me iludo em momento nenhum que acompanhei durante quase dois anos um bloco homogêneo.

Há aqueles que têm clareza do processo de migração e da cidade. O Fernando, quando canta a música, entende isso; e era quem colocava, em algumas reuniões com o prefeito, com clareza cristalina, que se não houvesse reforma agrária, as condições de moradia na cidade sempre seriam as mesmas. Ele sabia disso, mas não podia voltar. E sabia falar do movimento das ligas camponesas o que mostra sua história de luta no campo e de uma expulsão do campo para a cidade.

Agora, será que se pode dizer que é um bloco homogêneo? Não! Há aqueles que conseguiram a casa "graças a Deus!"; "o prefeito nunca mais tira nós daqui..."; "nunca mais ele vai perder a eleição", etc. Estas frases mostram uma diferença de conteúdo e de processo de apropriação e de experiências anteriores.

Existiam pessoas que participavam e já tinham experiência de outras ocupações que não haviam dado certo; pessoas que pagavam aluguel e tinham visto a placa "esta terra é nossa", mas pensaram: "ah, a terra é nossa mas tem um processo de eleição, então eu não vou! (eu tenho o depoimento). Passou a eleição, continua a faixa; então ele vai ver o que é. Tem gente que no dia da ocupação ficou com medo e não foi (não sei o que aconteceu com eles).

Quem não migrou, por que será que não o fez? Quem não migrou nunca é pesquisado. A gente pesquisa quem migrou e quem ficou? E há, aqui em Presidente Prudente, quem teve essa preocupação pelo menos em determinado momento, que é o Eliseu, e eu acho que deveria retomar a pesquisa. Migrou? e a permanência? Então, essas experiências de vida diferentes, ao chegar à cidade, à grande cidade, criam formas diferentes de compreensão. Aí é que eu entro com a história da identidade. Não podemos dizer que a Igreja é um bloco monolítico. Fazer uma universidade cria uma identidade de alunos, professores e funcionários. Mas não podemos dizer que cria um bloco monolítico do pensar e do fazer. Há diferenças internas, politicamente falando, de compreensão da realidade e de um processo migratório diferenciado, mas sem dúvida a experiência de um lugar vai passando para outro, etc. Essa experiência de mudanças sucessivas cria formas sucessivas de saber e de pensar. O saber, não enquanto um conhecimento específico, mas de pensar.

Aí, só pensando um pouco na questão e fazendo uma amarração: hoje, como é que está? O primeiro grupo sabe que eu faço parte da administração de São Paulo (das COHABs) e em momento nenhum me chamaram para suas reuniões. Isto significa que o primeiro grupo tem um amadurecimento, um entendimento do meu papel, ou de minha proposta de trabalho, que não pensam no uso facilitador do meu trabalho atual.

Por outro lado a gente tem analisado que há uma qualidade diferente nestas ocupações, porque as propostas de ocupação, nas quais a maior parte dos militantes que eu conheço se envolveram, dizem respeito a uma contestação da propriedade sem uso.

O que aconteceu nos primeiros dias da administração do PT é que se ocupou unidades habitacionais com destino definido para uma população de baixo salário que está na fila desde 1979. Seria uma incoerência destituir estes indivíduos que estão na fila há tantos anos por um movimento que não está contestando a propriedade sem uso, mas que está contestando apenas uma administração, como se num passe de mágica se conseguisse resolver um déficit habitacional acumulado ao longo de toda a vida deste país.

Por outro lado, eu acho que me expressei mal. A ideia de que esse líder colocava para o prefeito é a de que sem reforma agrária o problema habitacional nunca iria diminuir. Este mesmo indivíduo é uma pessoa especial, tinha participado das ligas camponesas e via a questão do campo muito importante! Sem reforma agrária não vai ter solução! Porque a terra vai continuar vazia, sem produção e os indivíduos sem trabalho. Só que a reforma agrária não vai trazer de volta para o campo os indivíduos que já vieram para a cidade.

Conhecendo um pouco mais, por ter passado alguns dias e estudado um pouco mais Cuba, a gente observa que o governo cubano procura dar mais condições de vida adequada no campo que na cidade, procurando equipar melhor a moradia no campo, como uma forma de reconhecer que o trabalho no campo é extremamente pesado.

Portanto, acho que há uma diferença em termos de trabalho campo-trabalho cidade. Podemos refletir, sem resposta pronta, o processo de urbanização, que é irreversível. Agora, se o morador da cidade volta para o campo, eu tenho minhas dúvidas. Não sei se respondi, mas acho que dá para a gente pensar...

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês podendo, através das questões colocadas, levar novas reflexões para mim. As questões não acabam no momento em que elas são formuladas. Eu penso que muitas das coisas aqui faladas vão servir para a gente refletir e poder estar aplicando em São Paulo. Obrigada!